

# A INFLUÊNCIA DOS PROGRAMAS SOCIAIS PARA O AUMENTO DA TAXA POPULACIONAL NO BRASIL

ARTIGO DE REVISÃO

Ildevânia Félix de Lima\*

Pós-Graduada em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Cariri

**Resumo:** Ao buscar entender a dinâmica populacional brasileira e sua influência sofrida pela implantação de Políticas Públicas voltadas para a distribuição de riqueza e renda no País, especificamente os programas sociais como, por exemplo, o bolsa família, percebem-se alguns questionamentos que devem ser levados em consideração. Esses questionamentos vão desde saber se os objetivos propostos pelos programas sociais estão sendo atendidos, bem como se esses mesmos programas, ao invés de atingir o proposto, possui outros efeitos colaterais no sentido de estimular negativamente o aumento da população brasileira. Inseridas essas questões, o presente artigo pretende fazer um estudo sobre a influência dos programas sociais no aumento da taxa populacional no Brasil e, nesse estudo focar a idéia dos impactos positivos e negativos, ocasionados pela execução dos programas sociais de distribuição de renda no País. Para tanto, foram feitas pesquisas bibliográficas a respeito da temática abordada, bem como sobre as principais teorias de desenvolvimento econômico que envolva a problemática em questão.

**Palavras-Chave:** Programas sociais.Taxa populacional.Desenvolvimento econômico.

**Abstract:** In seeking to understand the population dynamics and their influence Brazilian suffered by implementing public policies aimed at the distribution of wealth and income in the country, specifically social programs such as the Bolsa Família, perceive themselves some questions that should be taken into consideration. These questions range from whether the proposed objectives for social programs are being met, and if these same programs, instead of reaching the proposed has other side effects to stimulate negatively increasing population. Inserted these issues, this article aims to do a study on the influence of social programs in increasing population in Brazil, and in this study focus on the idea of the impacts caused by the execution, positively and negatively, by the social programs of income distribution in the country . Therefore, literature searches were made on the theme addressed, as well as on the major theories of economic development involving the relevant issue.

**Keywords:** Social programs.Population rate.Economic development.

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil sempre esteve entre os mais desiguais na distribuição de renda do mundo, ocupando o alto do ranking das nações, contudo a partir do início dos anos 2000, apresenta evidente progresso em seus indicadores econômicos e sociais, sobretudo em relação à concentração de renda e pobreza, procedendo a uma significativa transformação em suas características distributivas, sendo a desigualdade na distribuição de renda e os seus prováveis resultados sobre a pobreza assunto de diversos estudos no Brasil. (BARROS et al., 2001).

Segundo ROCHA (2006, p. 52), a extrema desigualdade na distribuição de renda provoca uma dinâmica socioeconômica própria que a associa à persistência da pobreza absoluta.

Nos últimos anos nota-se uma conscientização por parte do Governo e da Sociedade em relação ao cenário da desigualdade social e econômica do país, compreendendo, portanto que há uma necessidade urgente de reverter essa situação, criando mecanismos de participação e controle social, programas, projetos e ações que indique um movimento de transformações positivas. (CAMARGO, 2004).

Criado em outubro de 2003, o Bolsa Família constitui-se um programa condicional de transferência de renda, que focaliza os mais pobres e determina como contrapartida que as famílias invistam em saúde infantil, saúde de grávidas e frequência escolar, e versa da junção de vários outros programas já existentes do governo federal, como o PETI<sup>1</sup>, Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação. (ROCHA, 2009).

O PETI foi criado em 1996 e consiste em transferência de renda para famílias com crianças de 7 a 15 anos que trabalham ou que possam ter o risco de trabalhar em atividades que signifiquem prejuízos à sua saúde. Em 2001 o governo federal lançou outros dois programas, o Bolsa escola e o Bolsa alimentação, o primeiro destinava-se a famílias com filhos entre 6 e 15 anos de idade e que recebessem menos de R\$ 90 reais *per capita* e o segundo era um programa com objetivo de combater a mortalidade infantil em famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo com crianças de 0 a 6 anos ou mulheres grávidas. (ROCHA, 2009).

O PBF<sup>2</sup> atende mais de 12 milhões de famílias em todo o Brasil, tomando as atenções dos pesquisadores principalmente com relação aos seus impactos na pobreza, na distribuição

<sup>1</sup>Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

<sup>2</sup>Programa Bolsa Família.

de renda e na imposição das condicionalidades sociais. (MARINHO;LINHARES; CAMPELO, 2011; SOARES et al., 2006; GLEWWE; KASSOUF, 2008).

Segundo Camargo (2004), os programas sociais podem gerar incentivos ou não, e esses incentivos devem ser analisados para que não ocorram distorções, minimizando dessa forma programas pouco eficiente e evitando a alocação de recursos de maneira errada.

Conforme Henicka;Bezerra; Chu (2012), Programas sociais de distribuição de renda como o Bolsa Família representa um progresso para a população das regiões mais pobre, já que condiciona a transferência de renda com o cumprimento de uma serie de requisitos sociais, a exemplo de frequência escolar e vacinação em dia, com isso agrupa-se a diminuição da desigualdade e da pobreza com o desenvolvimento.

Entretanto, apesar do importante papel do PBF, o mesmo não é isento de críticas, sendo lhe atribuídas argumentações de que por ser um benefício puramente assistencialista, traduz de forma contraproducente na oferta de trabalho nas regiões em que são implantados, sendo ainda um incentivador à fecundidade, fato este em razão de uma de suas características consistirem do pagamento de benefícios por número de filhos na família, (Henicka; Bezerra; Chu, 2012), assim o PBF é objeto de debate na politica brasileira, cabendo-lhe tanto críticas fervorosas quanto elogios entusiastas. (ROCHA, 2009).

A partir dessa problemática, o presente estudo objetiva investigar se os programas condicionais de transferências de renda, o Bolsa Família, influenciam/incentivam as famílias a aumentarem o número de filhos, busca-se, através das principais teorias de desenvolvimento econômico, explicar a dinâmica populacional brasileira e sua influência sofrida pelos Programas Sociais do Governo Federal como o Bolsa Família. Além disso, procura-se entender quais as medidas a serem adotadas pelo Governo para que os impactos negativos desses programas possam ser contornados e atender a seus objetivos propostos que deve estar relacionado com a transferência de renda às pessoas em extrema pobreza.

A elaboração deste artigo dá-se através da produção de cinco seções, considerando esta introdução, na segunda consta a metodologia, na terceira seção está exposto o referencial teórico que busca dar sustentação às questões levantadas, na quarta seção são apresentadas as discussões, e por fim, a seção 5 expõe algumas considerações finais.

## 2 METODOLOGIA

O presente artigo consiste de uma revisão de literatura, apresentando conceitos pertinentes ao estudo teórico, fundamentado e pautado nas pesquisas bibliográficas e leituras relevantes sobre as principais teorias de desenvolvimento econômico empreendidas e seus pressupostos sobre a realidade brasileira no que se refere à distribuição de riqueza no País, realizada através de Programas Sociais.

Na análise dessas teorias e pressupostos, bem como dos efeitos impactados pelos programas sociais de distribuição de renda, buscou-se identificar a influência de tais programas no aumento da taxa da população brasileira e de maneira sucinta entender a influência e quais mecanismos adotados pelo governo nessa distribuição de renda, seus propósitos e efeitos negativos, devendo para tanto levar em consideração o nível de escolaridade da população e aspectos regionais, sendo importante identificar os principais fatores de aumento ou inibição populacional no Brasil nos últimos 100 anos.

Os trabalhos de revisão de literatura são definidos como estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou relatório do estado-da-arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura. (NORONHA; FERREIRA, 2000).

A pesquisa foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde nos diversos bancos de dados: LILACS, MEDLINE, SciELO e PubMed. Foram utilizados artigos científicos disponibilizados no Google acadêmico, bem como capítulos de livros, monografias, dissertações e teses que tratavam sobre o assunto.

Destacaram-se como critério de inclusão que o artigo fosse original, revisão de literatura, relatos de caso, estudo de série de casos; que todos os artigos, bem como as monografias, dissertações e teses estivessem disponibilizados na íntegra e nos idiomas português, inglês ou espanhol. Foram considerados como critério de exclusão os artigos que não tinham relação com o tema, assim como material de fontes não oficiais.

Os textos de base para a revisão foram de caráter apenas científico e abordaram de maneira direta ou indireta ao tema tratado nesse estudo, sendo respeitado qualquer aspecto referente aos direitos autorais das publicações.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 A evolução da população brasileira nos últimos 100 anos

Buscando entender a dinâmica populacional brasileira, faz-se importante a análise da evolução histórica do crescimento da população nos últimos 100 anos. Pensar uma definição de população é válido, pois se pretende discutir os fatores que podem ter influenciados na elevação ou inibição da taxa populacional. Para tanto, é preciso entender, ainda, o pensamento do principal teórico sobre a temática, qual seja, Thomas Malthus.

No Ensaio sobre a População, publicada em 1798, Malthus demonstra o momento histórico, fazendo críticas as chamadas “Leis dos Pobres”, que era um paliativo para os graves problemas sociais daquela época na Inglaterra. Essas leis aprovadas pelo Parlamento seriam executadas pelos oficiais das Paróquias e pelos magistrados. Por essas leis, um pobre poderia ser enviado a uma “casa de trabalho”, onde receberia o indispensável para não morrer de fome. (BOYER, 1989).

Para Malthus, a pobreza era o fim inevitável do homem, pois a população cresceria à taxa superior à da produção de meios de subsistências, considerando, ainda que se a população não for controlada, cresceria em progressão geométrica, à medida em que a produção de alimentos aumentaria em progressão aritmética, o que seria uma desproporcionalidade.(MALTHUS, 1996).

No tocante à população, o uso de métodos anticonceptivos, considerados por Malthus um vício, ajudou significativamente no controle da taxa de crescimento populacional.

Para Marx, o crescimento da população é um resultado da procura pelo trabalho. Ainda com relação ao controle populacional, tem-se que, segundo as teorias biológicas, o homem é qualquer ser vivo e não se pode controlar o seu crescimento em números. (BERQUO, 2012).

Assim, conceituando, população, em seu sentido mais estrito, tem-se que a população é um conjunto de pessoas que habita a Terra ou qualquer divisão geográfica desta.

Analisando o conceito de população e as teorias demográficas de Malthus, busca-se, nesse diapasão, entender a evolução demográfica brasileira nos últimos 50 anos.

Durante o século XX, o país teve sua população aumentada em quase dez vezes. Segundo dados do IBGE<sup>3</sup>, a população de 1900 era de 17.438.434 e a de 1999 de 163.947.500 habitantes. Porém, este crescimento não se deu de maneira uniforme.(IBGE, 2008).

No tratamento desses dados há a seguinte análise: de 1900 a 1920 houve grande entrada de estrangeiros no País. Outro fator a ser levado em consideração é a redução de um filho em média por mulher entre os dois períodos em questão.

Levando-se em conta que mais de 70% da população era rural e que afecundidade era natural, ou seja, com pouco ou nenhum controle individual voluntário, não se deveria esperar tal redução, a menos que fatores conjunturais pudessem afetar o comportamento das pessoas. A crise de 1929, de escala mundial e que teve consequências específicas no caso brasileiro, pode ter contribuído para o retardamento das uniões conjugais ou mesmo levado ao adiamento da constituição da prole.

Quanto à mortalidade, foi ligeiramente declinante entre 1900 e 1920,sofrendo redução mais significativa tanto em 1920-1930 quanto em 1930-1940, o que parece contraditório quando se considera a grande recessão de 1930. O silêncio deixado pela ausência do Censo de 1930 torna, entretanto, difícil uma aproximação explicativa para um intervalo tão longo, de vinte anos. (BRASIL, 2012).

Desde 1940 a evolução demográfica da população brasileira vem sendomarcada por transições decorrentes de mudanças nos níveis de mortalidade e de fecundidade, uma vez que as migrações internacionais deixaram de ter influência e a saída de brasileiros para o exterior só tornou-se importante a partir de meados dos anos 1980. (STECKLOV, 2006).

Entre 1940 e 1960 a população experimentou um aumento em seu ritmode crescimento anual: de 2,3% ao ano na década de 1940, passou a 3,0% no decênio seguinte. Esta transição se deveu exclusivamente a um declínio na mortalidade, traduzido por um ganho de dez anos na esperança de vida ao nascer, já que a taxa de fecundidade total manteve-se constante no período em 6 filhos por mulher. (STECKLOV, 2006).

A partir de 1960 o ritmo anual do crescimento populacional começou ase desacelerar, passando a 2,8% e 2,6% nos decênios 1960-1970 e 1970-1980, respectivamente. Nesse período a fecundidade começou a declinar, chegando a 4,3 filhos por mulher em 1980, enquanto a mortalidade continuou seu ritmo descendente anterior, com ganho de 9,4 anos na expectativa de vida. Assim, nessa nova etapa da transição demográfica a responsabilidade passou a caber à queda da fecundidade. No período 1980-1996 seu papel continuou decisivo

---

<sup>3</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

na redução do crescimento da população, o qual atingiu 1,3% ao ano entre 1991 e 1996. De fato, a fecundidade teve sua maior redução, de 50%, passando de 4,3 a 2,2. (STECKLOV, 2006).

Em última análise, no decorrer do século XX as mulheres no Brasil reduziram a sua prole, em média, em 5,5 filhos, enquanto houve um ganho de 35 anos na expectativa de vida dos brasileiros.

Essas transições afetaram diretamente e de forma significativa a estrutura etária da população. Passou-se de uma pirâmide de base larga e forma triangular — característica de regimes demográficos de altas taxas de fecundidade e de mortalidade — para uma forma mais uniforme de base reduzida — típica de regimes de grande redução na fecundidade. (STECKLOV, 2006).

De fato, a base da pirâmide etária de 1996 revela que pela primeira vez no país o número de crianças menores de 5 anos foi inferior ao de 5 a 10 anos, e este por sua vez menor do que o segmento seguinte, de 10 a 15 anos.

Vale salientar que os níveis e tendências da mortalidade e da fecundidade apresentaram variações sociais e regionais. No caso da mortalidade, o Nordeste apresentou sempre os menores níveis para a expectativa de vida ao nascer, igual a 38 anos em 1940, contrastando com os 50 anos conquistados pela região Sul. Esta diferença de doze anos cresceu para dezesseis até os anos 1970, começando a declinar para atingir cinco anos em 1998, quando a vida média na região mais pobre do país chegou a 65 anos. Ou seja, nos últimos sessenta anos o Nordeste e o Sul ganharam, respectivamente, 27 e 20 anos por viver. (BORGES et al., 2012).

Importante responsável pelos valores da vida média são os níveis de mortalidade infantil. Nota-se que registra as taxas de mortalidade infantil para o país e as regiões Nordeste e Sul de 1930 a 1990 - que há grande contraste entre estas regiões, e que os ganhos significativos tiveram início a partir dos anos 1970. De 68 mortes de menores de um ano para cada mil nascidos vivos a mais no Nordeste do que no Sul, observadas nos anos 1930, esta diferença passou a 46 nos anos 1990. A maior cobertura dos serviços de saneamento básico; a ampliação da oferta de serviços de assistência primária de saúde e médico-hospitalares, em especial os de pré-natal, parto e puerpério, bem como dos programas de prevenção como vacinação, reidratação oral e aleitamento materno; a queda da fecundidade e a melhoria e abrangência do sistema educacional contribuíram para a redução sistemática dos níveis da mortalidade infantil, sobretudo a partir de meados dos anos 1970. (RESENDE; OLIVEIRA, 2006).

Caracterizado como um país de população jovem, o Brasil apresentou até 1970 uma estrutura etária praticamente constante de menores de 15 anos, de adultos (15 a 64), e de idosos, com 65 anos ou mais. A partir de então, e fruto da queda da fecundidade iniciada em meados dos anos 1960, o grupo de jovens passou a representar cada vez menos no cômputo geral da população, abrindo assim espaço para o aumento da importância relativa dos idosos. Fenômeno já ocorrido nos países mais ricos em 1998, no Brasil os idosos superarão os jovens só por volta de 2040. Como consequência, foram afetadas também as razões de dependência, principalmente a partir de 1970. A proporção de pessoas na idade de aposentadoria, beneficiando-se hipoteticamente da contribuição de 100 pessoas em idade de trabalhar, que de 4 em 1900 e 5 em 1960, passou a 8 em 1991. A continuar esta tendência, esta razão seguirá em queda até o primeiro quartel do século XXI, chegando a representar menos de 50%. (BORGES et al., 2012).

No decorrer do século XX a população idosa teve seu volume aumentado em 25 vezes, correspondendo a 8,8 milhões de habitantes em 1996, ou seja, uma em cada vinte pessoas tinha 60 anos ou mais. Na última década esta população cresceu a uma taxa média anual de 3,5%, ou seja, todos os anos 264 mil pessoas em média entraram na terceira idade. Vale lembrar que os idosos de hoje correspondem a sobreviventes de coortes nascidas até 1935, quando o cenário demográfico era marcado por altas taxas de fecundidade. Beneficiando-se do declínio da mortalidade, o envelhecimento populacional se dá a taxas de crescimento muito superiores às da população total, freadas estas pelo declínio recente da fecundidade. (IBGE, 2008).

Alguns indicadores sociodemográficos que marcam os idosos neste final de século, resultantes de processos cumulativos ao longo de suas vidas, reforçam a necessidade de um olhar especial voltado para políticas sociais que levem em conta suas vulnerabilidades. Enquanto para a população total a média de anos de estudo é igual a 5,6, os idosos não ultrapassam 1,5 e 42% deles são analfabetos. Vivem em estruturas familiares com rendimento mensal *per capita* de no máximo um salário mínimo 40% dos idosos. O superávit de mulheres presente no país aumenta com a idade. A razão de mulheres para 100 homens cresce de 114 na faixa de 60 a 69 anos para 120 no grupo etário seguinte, chegando a 142 entre os octogenários e a 180 entre os nonagenários. A grande maioria dos homens idosos, 76,4%, encontra-se vivendo em companhia de uma esposa, o que ocorre com apenas 34,7% das idosas, visto que 52,1% delas são viúvas. Dentre as não casadas, cresce a proporção das que moram sozinhas, chegando a quase 20%. (IBGE, 2008).

Assim, na análise histórica, fundamentada em dados do IBGE, tem-se a dinâmica populacional brasileira nos últimos 100 anos, em que pode-se concluir que as mudanças demográficas que mais marcaram o século XX ocorreram nos últimos cinquenta anos. A mais importante foi a queda acentuada da fecundidade, que teve impacto direto na desaceleração do crescimento da população, na sua estrutura etária — tornando-a mais envelhecida — e na redução do tamanho das famílias. A regulação voluntária de fecundidade via métodos modernos de contracepção, conferiu mais autonomia ao exercício da sexualidade, e os direitos reprodutivos individuais passaram a fazer parte dos direitos humanos. A conquista do divórcio abriu novas possibilidades no plano da conjugalidade, e antigas formas de união dos sexos ganharam novos significados, convivendo com estilos de vida emergentes.

O êxodo rural fez crescer as cidades em número e em tamanho; o país urbanizou-se e as sucessivas décadas presenciaram uma contínua mobilidade espacial da população; de tradicional receptor de imigrantes, o país se surpreende com a saída de brasileiros neste final de século.

Houve uma expressiva miscigenação, atestada pela elevada e crescente presença dos autodeclarados “pardos” na composição populacional. E atenuaram-se as diferenças regionais nos indicadores sociodemográficos.

### **3.2 Políticas Públicas e os Programas Sociais do Governo Federal**

Ao conceituar Políticas Públicas, busca-se, nessa sessão, abordar quais as principais políticas públicas realizadas no Brasil no intuito de controlar a taxa da população, bem como as principais características dos Programas Sociais do Governo Federal em um sentido mais específico relacionado com a redução da extrema pobreza no País.

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. (BRASIL, 2012).

Observa-se que as Políticas Públicas têm como principal objetivo a realização de ações não só de forma difusa, mas, inclusive, ações para determinado seguimento social. Ou seja, por esse conceito se extrai como exemplo de política pública os programas sociais do

Governo Federal que dentre outros, busca-se a redução da desigualdade social, através da transferência de renda para pessoas em extrema pobreza. Outros exemplos de Programa Social do governo brasileiro são o Bolsa Família, que se trata de um programa de transferência de renda destinado às famílias em situações de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140,00 mensais. O valor do auxílio financeiro varia de R\$ 32,00 a R\$ 306,00, de acordo com renda da família mensal por pessoa, com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos e número de gestantes e nutrizes componentes da família. O Programa tem quatro tipos de benefícios: o básico, o variável, o variável vinculado ao adolescente e o variável de caráter extraordinário.(BRASIL, 2004).

O Benefício Básico, de R\$ 70, é pago às famílias consideradas extremamente pobres, com renda mensal de até R\$ 70 por pessoa, mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens.(BRASIL, 2004).

O Benefício Variável, de R\$ 32, é pago às famílias pobres, com renda mensal de até R\$ 140 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrizes. Cada família pode receber até cinco benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 160. (BRASIL, 2004).

O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ)<sup>4</sup>, de R\$ 38, é pago a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 76. (BRASIL, 2004).

O Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE)<sup>5</sup> é pago às famílias nos casos em que a migração dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação para o Bolsa Família cause perdas financeiras. O valor do benefício varia caso a caso. (BRASIL, 2004).

O PBF, bem como a maioria dos outros programas sociais, é procedido através do CadÚnico<sup>6</sup> do governo federal que é um Cadastro Único para identificar e caracterizar as famílias entendidas como de baixa renda. (BRASIL, 2004).

O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas

---

<sup>4</sup>Benefício Variável Vinculado ao Adolescente.

<sup>5</sup>Benefício Variável de Caráter Extraordinário.

<sup>6</sup> Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.

O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, o poder público pode formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas. Atualmente, o Cadastro Único conta com mais de 21 milhões de famílias inscritas. (BRASIL, 2004).

O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. (BRASIL, 2014).

A Lei que cria o Programa Bolsa Família é a Lei nº 10836 de 9 de janeiro de 2004, em que unifica em um só cartão todos os outros auxílios financeiros como o Bolsa Escola (2001), PNAA<sup>7</sup> (2003), Auxílio-Gás (2002). (BRASIL, 2014).

Outros Programas Sociais do Governo Federal também de grande relevância são o Minha Casa, Minha Vida, Restaurante Popular, Farmácia Popular, Auxílio-Reclusão, Prouni<sup>8</sup>, FIES<sup>9</sup>. (BRASIL, 2014).

### **3.3 Os impactos dos Programas Sociais sobre o aumento da taxa populacional brasileira**

Dentre todos os Programas Sociais que compõem as Políticas Públicas do Governo Federal e, analisando a evolução populacional no País, percebe-se que o principal programa de transferência de renda empreendida que é o Bolsa Família, cujo principal objetivo é o de combater a fome e a miséria, bem como promover a emancipação das famílias em situação de extrema pobreza, ao invés de efetivamente estar atingindo a este objetivo, o programa em referência estaria impactando negativamente no aumento da taxa demográfica brasileira. (BORGES et al., 2012).

---

<sup>7</sup>Programa Nacional de Acesso à Alimentação.

<sup>8</sup>Programa Universidade para todos.

<sup>9</sup>Financiamento Estudantil.

Esta análise se fundamenta quando as famílias para obter um maior auxílio financeiro, conforme benefício variável já apresentado, procuram ter mais filhos, porém de acordo com Alves (2011b), a população brasileira não vem aumentando em virtude do Programa Bolsa Família possuir caráter pró-natalista.

Além disso, outros programas sociais, ligados principalmente à saúde ajudam na inibição do crescimento populacional. A China, por exemplo, é um país que o controle demográfico é bastante efetivo. Lá, o governo somente autoriza 01 filho por família.

No Brasil, as taxas de fecundidade são mais baixas para os segmentos da população urbana, de maior renda, de maior escolaridade, ou seja, de maior inclusão social. O tamanho das famílias é menor nos segmentos populacionais que possuem informações e acesso aos serviços de saúde. (BERQUO, 2012).

Já as parcelas da população com menores níveis de renda e escolaridade possuem taxas de fecundidade mais elevadas. Mas estas taxas também estão caindo. O segmento social composto pelos 20% mais pobres da população tinha fecundidade de 5 filhos por mulher em 1992 e passou para 3,4 filhos por mulher em 2009%. (BORGES et al., 2012).

## 4 DISCUSSÃO

Desde Malthus, os pesquisadores têm buscado constituir uma relação entre transferência de renda às famílias necessitadas e número de filhos que estas famílias têm. Para Malthus, a *Old Poor Law* da Inglaterra do século XIX estimulava as pessoas a terem mais filhos, principalmente ao incentivarem os casais a se casarem mais cedo. Os pesquisadores atuais chegam a resultados confusos a respeito das afirmações de Malthus, uns entendem que ele tinha razão e outros não encontram nenhum resultado da lei sobre o número de filhos das mulheres da época. (BOYER, 1989; HUZEL, 1980).

Uma análise realizada pelo Instituto Cedeplar em 2007, sobre o impacto do PBF a nível nacional, considerou ser um programa de boa focalização, destinado a população mais pobre e que proporciona aos seus beneficiários condições para uma melhor alimentação, vestuário e educação infantil. O estudo mostra ainda menos risco de desnutrição infantil entre os que recebem o benefício no Brasil. Na região Nordeste foi encontrado uma menor taxa de evasão escolar e maior tempo destinado ao estudo, no entanto a taxa de reprovação escolar foi considerada alta. Quando observado a cobertura de vacinação e atendimento pré-natal não se detectou diferenças significativas entre os que são e os que não são beneficiados com o programa no Brasil. Em relação a autonomia feminina houve efeito positivo quando falamos na alocação e uso de recursos, o que não ocorreu no sentido de igualdade de gênero. (CEDEPLAR, 2007, p. 19).

Alves (2011a) compara o PBF com o PRAF<sup>10</sup> de Honduras, já que os beneficiários do PBF aumentam até 5 filhos, sendo 3 crianças de 0-15 anos e até 2 adolescentes de 15 a 17 anos, o que na teoria, seria um programa com desenho pró-natalista, entretanto, seu estudo revela que de fato o PBF não influencia o aumento do número de filhos entre a população beneficiada.

Usando uma metodologia econométrica em seu estudo, onde investiga os incentivos à fecundidade dos programas condicionais de transferência de renda, nos quais a quantidade de recursos transferidos depende do tamanho da família, Rocha (2009), colaborando com Alves

---

<sup>10</sup> Programa de Assistência Familiar.

(2011b) em suas afirmações, mostrou que o PBF não tem contribuído para o aumento da fecundidade da população pobre no Brasil.

Buscando identificar o efeito médio do programa nos beneficiários do PBF, Signorini e Queiroz (2011), empregando a metodologia do escore de propensão para identificar os grupos de tratamento e controle e usando dados das PNADs<sup>11</sup> 2004 e 2006, revelou em seus resultados que não há impacto significativo do recebimento do BF na decisão de ter filhos entre os beneficiários do programa. O mesmo ocorreu com Simões e Soares (2011) que afirmam não encontrar efeitos pró-natalistas no PBF.

Rocha (2009) utilizando dados obtidos das PNAD avaliou a influência do PBF nas perspectivas de nascimento no ano precedente através de três metodologias distintas: a) avaliação de um método de tripla diferença (modelo probit); b) efeito da chance de um benefício adicional (modelo probit); c) efeito do tratamento através do método de propensity score matching, e concluiu que embora o montante dos recursos do Bolsa-Família seja dependente do número de filhos, até o terceiro filho, como é o caso do PRAF em Honduras, no Brasil com o PBF não foi constatado impacto significativo como acontece no PRAF.

Tendo como base uma pesquisa realizada na cidade do Recife em 2007/2008, intitulada “Impactos do Bolsa Família na Reconfiguração dos Arranjos Familiares, nas Assimetrias de Gênero e na Individuação das Mulheres”, Alves e Cavenaghi (2011a), revelam que não há diferença significativa no comportamento reprodutivo entre as mulheres que vivem em famílias beneficiadas e não beneficiadas pelo PBF, ainda que haja uma tendência entre as famílias beneficiadas terem uma fecundidade ligeiramente maior, igualmente como uma proporção um pouco maior de mulheres com 3 ou mais filhos, concluindo que o maior número de crianças reduz a renda per capita e aumenta a possibilidade das famílias serem elegíveis aos benefícios do Programa, todavia, a causalidade entre número de filhos e beneficiados pelo PBF seria contrária, ou seja, a mulher não tem mais filhos porque passou a receber o PBF, mas sim o inverso: por ter mais filhos, e, com isso, reduzir a renda per-capitafamiliar, a mulher se credencia a participar do PBF.

Segundo Alves e Cavenaghi (2011a), conforme sugere Stecklov et al. (2006), o desenho do Programa Bolsa Família pode até ser avaliado potencialmente pró-natalista, entretanto, o valor da parte variável do benefício é muito baixo, o que dificilmente traria um impacto capaz de alterar a tendência média das taxas de fecundidade que, de forma geral, estão em declínio em todo o Brasil.

---

<sup>11</sup>Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

Teixeira (2008) concluiu em seu estudo que, o PBF provoca, de forma geral, uma diminuição expressiva da oferta de trabalho quando o valor recebido representa uma parcela importante da renda familiar. Em relação aos fluxos internos de emigração, Silveira Neto (2008) encontrou evidências de que o PBF reduz os fluxos internos de emigração de regiões mais pobres para as mais ricas no Brasil, embora tal influência pareça não ser efetiva nas migrações de retorno.

Estudo realizado na região Sudoeste do Paraná com intuito de investigar se as famílias beneficiadas pelo PBF tiveram ou não aumento do número de filhos abaixo de 17 anos após a implantação do programa, concluiu-se que, após o lançamento do Programa Bolsa Família em 2004, as famílias dos municípios da Região Sudoeste do Estado do Paraná, que hoje tem três filhos ou mais, podem ter sido incentivadas a terem mais filhos pelo motivo de aumento do benefício a receber, contribuindo assim com o aumento populacional, já a análise do total das famílias beneficiadas, indicou que, a maioria delas não está se motivando a aumentar o tamanho da família, segundo o baixo aumento do número de filhos por família nascidos depois de 2004. Foi avaliado e considerado relevante o percentual de pessoas que se beneficiam de uma forma ou de outra com os valores recebidos do PBF, uma vez que em alguns casos chega a mais de 25% da população, conforme a análise feita em relação à população de cada município em estudo. (HENICKA; BEZERRA; CHU, 2012).

Vários estudos da literatura pertinente apontam ter ocorrido uma diminuição da desigualdade brasileira no começo deste século e todos chegam à conclusão que o PBF teve uma parcela importante de responsabilidade nesta redução. O índice de Gini no Brasil caiu de 59,9 em 1995 para 57,1 em 2004, sendo o PBF responsável por 21% desta queda, ou seja, por uma queda de 0,571 no índice. (SOARES et al., 2006; CARVALHO, 2007).

Em relação as taxas de fecundidade, os números indicam que a população mais pobre do Brasil diminuiu na última década, já é um indício de que o PBF, em vigor desde 2004, não parece ter efeitos pró-natalistas, como é o temor de alguns, concluindo então que o PBF não tem efeito prático de aumentar a fecundidade no Brasil. (ALVES, 2011b).

Os estudos apontam que, em grande parte, a maior fecundidade se deve à falta de acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, mas também acontece devido à falta de perspectivas profissionais e educacionais, assim como de um projeto de vida que possibilite o progresso cultural e material destas mulheres. (ROCHA, 2009).

Por fim, cabe ressaltar que as pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família, na realidade, já possuem filhos e não o contrário como hipótese colocada inicialmente na problemática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a evolução da taxa demográfica no Brasil nos últimos 100 anos e, considerando as políticas públicas que visam reduzir as desigualdades sociais, através da transferência de renda às famílias em extrema pobreza, tinha-se em mente que o Bolsa Família, ao invés de atingir o proposto, estaria contribuindo para o aumento da população brasileira, pelo viés de que este programa dá um auxílio financeiro variável e as variáveis estão condicionada ao número de pessoas por família, bem como os requisitos para a obtenção do benefício que leva em conta a renda per capita.

No entanto, após criteriosa análise fundamentada em dados do IBGE e literatura pertinente, compreendeu-se que, apesar das famílias com menos acesso à educação e à saúde, especificamente às de prevenção de natalidade, (ou seja, as que estão inseridas nos Programas Sociais do Governo Federal), possuem mais filhos que as famílias com maior escolaridade e renda, estas famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, a taxa de natalidade vem caindo nas últimas décadas. Pode-se explicar ao fato de que há outras políticas públicas relacionadas ao controle da fecundidade.

Ainda considerando esta mesma análise, ao confrontar os dados sobre a população brasileira, torna-se claro que, mesmo as famílias com menos condições financeiras possuem mais filhos que as famílias com melhores condições, a população brasileira não vem crescendo como se imaginava anteriormente, ressaltando que os Programas Sociais do Governo Federal não tem influência no aumento populacional.

A literatura em estudo demonstra importante preocupação com o provável impacto positivo do PBF na fecundidade dos beneficiários, porém, é importante salientar que não foi relatado nenhum resultado importante do Programa Bolsa Família na fecundidade dos beneficiários.

Diante do exposto, se consideramos inicialmente a proposta deste artigo, percebeu-se que os resultados alcançados não foram, necessariamente, os esperados, tendo em vista que se pressupunha a influência dos Programas Sociais no aumento da população brasileira e este, não necessariamente possui impacto sobre isso.

Entretanto, este artigo foi elaborado sem uma vasta literatura sobre o tema, estando ainda, a problemática, com margem para novos estudos e possíveis discórdias e confrontações que levem a outros resultados.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. *O Programa Bolsa Família e políticas públicas: saúde reprodutiva e pobreza na cidade do Recife*. IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - IX ENABER, Natal, 19 a 21 de outubro de 2011a. Disponível em: <http://200.251.138.109:8001/artigosaprovados/12.61.pdf>.

ALVES, J. E. D. *O Programa Bolsa Família incentiva a fecundidade no Brasil?* Novembro, 2011b. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/11/07/o-programa-bolsa-familia-incentiva-a-fecundidade-no-brasil>.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. cap.1 p.21-47.

BERQUO, E. *A evolução demográfica da população brasileira durante o século XX*. 2012. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/pos/dm/selecao/2012/BERQUO\\_E.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/pos/dm/selecao/2012/BERQUO_E.pdf)

BORGES C. R. O. et al. *A influência do programa Bolsa Família na redução do nível de pobreza da população e os efeitos das condicionalidades sobre indicadores de saúde educação: um estudo de caso sobre a comunidade Vila Lobo, município de Crato-CE*. II Colóquio Sociedade, políticas públicas, cultura e desenvolvimento. Universidade Regional do Cariri – URCA. Crato, 2012. Disponível em: [http://www.urca.br/coloquioeconomia/IIcoloquio/anais/trab\\_est\\_pol\\_pub\\_bra\\_ident\\_lim\\_nov\\_possib/1.pdf](http://www.urca.br/coloquioeconomia/IIcoloquio/anais/trab_est_pol_pub_bra_ident_lim_nov_possib/1.pdf).

BOYER, G. R. “Malthus Was Right After All – Poor Relief and Birth - Rates in Southeastern England. *Journal of Political Economy*, v. 97, n. 1, p. 93-114, 1989.

BRASIL. *LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/574778.pdf>.

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. 2012. Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>.

BRASIL. [SAS/DAB](http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp) - Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição. 1a VIGÊNCIA de 2014. Disponível em: <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>.

CAMARGO, J. M. *Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos*. São Paulo Perspec.. 2004, v.18, n.2, p. 68-77.

CARVALHO, C. M. de A. *A Desigualdade Social*. 2007. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/1619576-desigualdade-social>>.

CEDEPLAR, *Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família - Sumário Executivo*, MDS, Brasília, outubro de 2007. Disponível em: [www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/.../sumario\\_executivo\\_aibf.pdf](http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/.../sumario_executivo_aibf.pdf).

GLEWWE, P.; KASSOUF, A. L. *O impacto do programa bolsa família no total de matrículas do ensino fundamental, taxas de abandono e aprovação*. Prêmios de Gestão e Estudo do MDS. 2008. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/11P.pdf>.

HENICKA, D. M. R.; BEZERRA, F. M.; CHU, H. *Bolsa Família e Controle de Natalidade: Evidências para os municípios da região Sudoeste do Paraná*, 2012.

HUZEL, J. P. "The Demographic Impact of the Old Poor Law: More Reflexions on Malthus." *Econ. Hist. Rev.*, 2d ser., v. 22, p. 430-452, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais – 2006*. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/suplementos/renda/publicacao\\_renda.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/suplementos/renda/publicacao_renda.pdf)>.

MALTHUS, T. R. *Princípios de Economia Política e Considerações Sobre Sua Aplicação Prática*. Editora Nova Cultural Ltda. Copyright©, 1996, Círculo do Livro Ltda.

MARINHO, E.; LINHARES, F.; CAMPELO, G. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? *Technical report*, CAEN/UFC, 2011.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, B. S.; CONDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (orgs.). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

RESENDE, A. C. C.; OLIVEIRA, A. M. H. C. "Avaliando os Resultados de um Programa de Transferência de Renda: o Impacto do Bolsa - Escola sobre os Gastos das Famílias Brasileiras." *Estudos Econômicos*, v. 38, n. 2, p. 235-265, 2006.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil. Afinal do que se trata?* 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2006.

ROCHA, R. *Programas Condicionais de Transferência de Renda e Fecundidade: Evidências do Bolsa Família*. PUC/Rio, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510700\\_09\\_cap\\_03.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510700_09_cap_03.pdf).

SIGNORINI, B. A.; QUEIROZ, B. L. *The impact of Bolsa Família Program in the beneficiary fertility*. Texto para Discussão, n. 439, Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20439.pdf>

SILVEIRA NETO, R. M. *Do public income transfer to the poorest affect internal inter-regional mi-gration?* Evidence of the case of Brazilian bolsa família program. In Anais

ANPEC. 2008. Disponível em:  
<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807111106330-.pdf>.

SIMÕES, P.; SOARES, R. *Efeitos do Programa Bolsa Família na Fecundidade das Beneficiárias*. CAEN/UFC, Fortaleza, 2011. Disponível em:  
[http://www.caen.ufc.br/arquivos/dissertacoes\\_defendidas\\_mestrado\\_economia\\_2009\\_2010\\_2011.pdf](http://www.caen.ufc.br/arquivos/dissertacoes_defendidas_mestrado_economia_2009_2010_2011.pdf).

SOARES et al., Programas de transferência de renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade. *Technical report, Centro Internacional da Pobreza IPEA/PNUD e DISOC/IPEA*, 2006.

STECKLOV, G. et al. *Demographic Externalities from Poverty Programs in Developing Countries: Experimental Evidence from Latin America*. American University, Washington, n. 1, 41 p. January 2006, Disponível em: <http://aladinrc.wrlc.org/handle/1961/4969>.

TEIXEIRA, C. G. *Análise do impacto do programa bolsa família na oferta de trabalho de homens e mulheres*. Prêmios de Gestão e Estudo do MDS. 2008. Disponível em:  
<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/27P.pdf>.